



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567517 - SP (2020/0071297-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : SILVANA HELENA DE PAULA
ADVOGADO : SILVANA HELENA DE PAULA - SP127368
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIO DOUGLAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Mario Douglas da Silva** contra ato coator proferido pela Décima Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, nos autos do HC n. 2269137-90.2019.8.26.0000, denegou a ordem, mantendo o paciente preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante alega, em síntese, que a imposição cautelar carece de motivação idônea, pois não demonstra o perigo representado pela liberdade do paciente.

Salienta que a prisão cautelar, por ser medida de caráter excepcional, somente subsistirá quando não for viável sua substituição por outra medida menos gravosa.

Sustenta que o decreto de prisão preventiva demonstra evidente antecipação do juízo de culpabilidade e que o regime a que submetido o paciente é diverso do que estará em caso de eventual condenação, visto que o delito não é equiparado à hediondo, sendo ele paciente primário, pai de família, trabalhador, com residência fixa no distrito da culpa.

Menciona a medida cautelar proferida na ADPF n. 347, salientando a possibilidade de aplicação das medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

Pede o deferimento liminar da liberdade provisória ou, alternativamente, a substituição por cautelares diversas da prisão. No mérito, postula a concessão da ordem e a confirmação da liminar (fls. 3/8).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo assistir razão à impetração, porquanto verifico inadequação na manutenção da prisão preventiva.

O Tribunal local denegou a ordem aos seguintes fundamentos (fls. 16/17):

De acordo com o relatório de investigação produzido pela equipe policial (fls. 09/20 do feito originário) evidencia intensa prática da mercancia ilícita no local dos fatos pelo indivíduo não identificado que se conseguiu se evadir por ocasião da abordagem policial, tanto que foi documentada, inclusive, a formação de congestionamento de veículos e motocicletas para adquirir drogas no local.

Restou documentada, ainda, por diversas fotografias, que o paciente exerceria a função de “recolha” dos valores angariados com a mercancia ilícita, passando pelo local durante a campana policial em duas oportunidades distintas, sendo preso em flagrante na segunda.

Como visto, o indivíduo que exercia o tráfico conseguiu se evadir ao passo que o paciente foi preso em flagrante na posse da expressiva quantia de R\$ 1.085,00 em cédulas diversas proveniente da mercancia ilícita, evidenciando a existência de associação criminosa estruturada para a prática do tráfico de drogas.

Além disso, verte da folha de antecedentes que o paciente responde a outra ação penal pela prática, em tese, de crime de mesma natureza, bem como ostenta condenação por tentativa de furto qualificado, indicando dedicação à atividade criminosa e que faz do crime seu meio de vida, evidenciando a possibilidade concreta de reiteração criminosa.

Assim, desde que a permanência do acusado em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao magistrado manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança.

Segundo o entendimento assentado nesta Corte Superior, a existência de maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso denota o risco de reiteração delitiva e constitui também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (HC n. 473.991/SC, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 4/2/2019).

In casu, em condições normais, a existência de condenação e ação penal em curso em desfavor do paciente seriam fundamentos suficientes para ensejar a aplicação de uma medida cautelar, inclusive a prisão preventiva.

Entretanto, não se pode olvidar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução (grifo nosso):

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias **ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça**

à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Considerando tratar-se de crime cometido sem violência ou grave ameaça e que a gravidade concreta do delito não se revela exorbitante, tendo em conta a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), entendo que a custódia cautelar deve ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Ante o exposto, **defiro** o pedido liminar para, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao paciente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Solicitem-se informações ao Juízo de origem, especialmente sobre o andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator